

# **Políticas públicas municipais de memória e os usos da história: uma análise de caso**

*Sandra Cristina Donner\**

## **Resumo**

Este texto é a apresentação dos resultados parciais da pesquisa de doutorado em História. A História Local tem sido, há muito tempo, promovida pelas administrações municipais. Atualmente, a demanda por memória e a patrimonialização da sociedade têm levado a adoção de políticas públicas de memória, ou de história, por parte das prefeituras. Este artigo pretende explorar como aconteceram esses processos de memorialização e usos da história nas prefeituras de Canoas e Porto Alegre, pois ambas criaram um programa de resgate da história dos bairros. Qual história foi resgatada? Que usos foram feitos dela? Estas questões serão trazidas para o debate à luz de autores como François Hartog e Pierre Nora.

**Palavras-chave:** Memória. Historiografia. Municípios.

Nos últimos anos é possível perceber um crescente interesse pela história. Isso pode ser observado no aumento do número de publicações de livros e revistas sobre os diversos temas históricos, especialmente os ligados às datas comemorativas, a participação dos historiadores em debates nas diversas mídias e até mesmo a inauguração de museus e abertura de vagas para estes profissionais em instituições públicas e privadas. Junto a isso, recentemente, foi aprovado o projeto de lei que regulamenta a profissão de historiador. Este projeto chegou com certo atraso, uma vez que outras áreas muito próximas, como a do museólogo (1984) e do arquivista (1974), tiveram suas profissões regulamentadas antes. E, ainda assim, a regulamentação fomentou discussões sobre sua validade na mídia e sobre quem, afinal, teria o direito de se chamar de “historiador”.

O interesse da comunidade não acadêmica pela História levou as administrações municipais a engajarem-se em projetos de “resgate” da história/memória. Estas ações implicaram em organização de eventos em que a história municipal era abordada tanto por historiadores acadêmicos, quanto amadores, publicação de livros, promoção de coleta de depoimentos e divulgação de materiais em escolas. Neste breve artigo, analisaremos os projetos de história local promovidos pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, chamado: “Memória dos Bairros”, e pela Prefeitura Municipal de Canoas, chamado “Para Lembrar Quem Somos”, ambos recuperando a história dos bairros da cidade.

## **Usos da História**

A partir dos anos 1980, tem ocorrido uma crescente demanda de patrimonialização, de resgate de memórias nacionais, locais, de grupos étnicos, culminando em uma onda de comemorações. Pierre Nora (1981) aponta uma série de fatores que podem ter relação com essa necessidade de memória: a crise econômica dos anos 1970, o êxodo rural, o fim dos impérios coloniais, e, no Brasil, percebemos que cada vez mais publicações de Memória/História têm chegado às livrarias, especialmente nas datas comemorativas. Os autores destes trabalhos

são desde acadêmicos que se dedicam a “história de divulgação” até os amadores, como jornalistas e outros letrados que se dedicaram a explorar e publicar dentro do campo da História.

Partindo da observação deste fenômeno contemporâneo e sobre as relações entre a História e o seu uso para legitimar posições políticas, Hartog e Revel, organizaram um livro com as recentes questões sobre esse tema. Em sua introdução eles indicam três elementos que devem ser considerados: o primeiro apresenta a necessidade de reflexão sobre os debates abertos pela história recente, pois eles causam impactos políticos culturais, tais como conflitos internacionais, guerras civis, processos de legitimação e de deslegitimação de regimes autoritários etc.

O segundo elemento está relacionado com um alcance tanto historiográfico como público que ocorre pela deformação da História por motivos nacionalistas, isso gera a necessidade de construir uma imagem de nação que soe coerente, gratificante, enraizada ou voltada ou para o futuro, ou para a tradição.

A terceira contribuição indica o risco do uso dos métodos e das formas propostas das sistematizações ou das classificações históricas que, voluntariamente ou não, coincidem com as imagens das estruturas políticas e sociais dominantes ou reforçam sua legitimidade, em particular no estudo dos fenômenos históricos de longa duração (HARTOG; REVEL, 2001, p. 8).

Esse renovado interesse pelo passado, segundo os autores, está diretamente relacionado com as ondas de comemoração que iniciaram com o bicentenário da Revolução Francesa, as datas relativas a fatos da I e II Guerras Mundiais e as questões de perseguidos políticos, nos casos de regimes autoritários, mas, principalmente, judeus, ciganos e outras minorias que sofreram com o regime nazista.

Por fim, o uso político da História mais presente no Brasil está ligado às comemorações, mas, também, pode ser encontrado no prestígio alcançado pelas prefeituras ao patrocinarem livros sobre história da região, e de como colocavam-se (nos prefácios, ou artigos) como “guardiões” dessa memória que estava por ser perdida.

Isso faz com que esse “consumo” da História passe por um

enquadramento da memória aos interesses do órgão promotor do estudo, da sociedade onde está inserido, do contexto político e social. Claro que não estamos falando de um maniqueísmo fácil, mas de uma culminância de interesses em torno de determinado tema histórico. Pollak sugere o estudo da memória coletiva em relação a sua função, como uma forma de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais:

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também suas oposições irreduzíveis. (POLLAK, 1989, p. 9).

## **Políticas públicas de memória**

Tendo em vista os debates anteriores acerca da memória e história e dos usos da história, as políticas públicas de memória atendem a uma demanda social, mas também a uma demanda política. Colocar-se como o “protetor” desta memória/história que está por ser perdida é colocar-se como protetor da própria identidade da comunidade, já que a memória é o principal formador de identidade, como vimos anteriormente.

Quando enunciamos políticas públicas de memória partimos do seguinte conceito:

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente

da República) para que atendam as demandas da população. (WAHRENDORFF, 2008, p. 2).

Sendo assim, as duas prefeituras cujas ações foram analisadas desenvolveram projetos que atendiam a demandas da sociedade e ao interesse público, mas estas reivindicações foram uma escolha entre outras tantas possíveis. Essa questão nos leva a refletir, qual o papel da História para este grupo dirigente e para os cidadãos beneficiados.

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre e a Prefeitura Municipal de Canoas elaboraram e colocaram em prática projetos que culminaram na publicação de livros sobre a história ou memória dos bairros. Além dos livros, a pesquisa teve como desdobramentos a produção de materiais didáticos (no caso da Prefeitura de Porto Alegre) e a distribuição das publicações nas escolas, em ambos os casos. Ou seja, o acesso ao material ultrapassou o limite dos bairros e dos cidadãos envolvidos.

Outro elemento em comum está no caráter fortemente memorial dos livros. Sabemos, na Academia, que História e Memória não são sinônimos, antes disso, são conceitos que podem, inclusive, serem contrapostos, como foi definido por Pierre Nora (1981). Quais seriam as diferenças, então? Em termos práticos, os livros sobre a História dos Bairros em Porto Alegre e os materiais do *Canoas – para lembrar quem somos* utilizam-se fartamente da História Oral. Bem, o simples uso de depoimentos não caracteriza o trabalho memorial, embora seja um dos pilares. A questão é como estas falas de antigos moradores são utilizadas no texto e também como fonte para a pesquisa. Nestes casos, o rigor do método acaba ficando diluído nas impressões dos cidadãos.

Isso ocorre pelo uso literal das falas. Em ambos os trabalhos, o texto acadêmico é recortado pelos depoimentos. Entre um parágrafo e outro, escrito pelo autor (em geral historiadores e acadêmicos de história), utiliza-se o material das entrevistas para “colorir” e exemplificar o que o texto aponta. O problema reside em não ser feito, em nenhum momento, uma problematização destas falas. Não se colocou em xeque o contexto e os usos da história oral. Sendo assim, muitas vezes, o texto se aproxima às crônicas de cotidiano.

Na história local/municipal, o público consumidor do trabalho não é acadêmico. Embora seja possível que este trabalho auxilie uma história de *recorte local*, via de regra, a linguagem e os objetivos da pesquisa são adequados a esta demanda. No caso de Canoas, uma das historiadoras pontua os objetivos do projeto:

O objetivo maior é valorizar e divulgar a trajetória histórica de Canoas através da análise e interpretação de marcos fundamentais na construção de sua identidade, em termos espaciais, culturais e sociais. Temos como meta pesquisar o legado cultural e o desenvolvimento das comunidades locais, divididas por bairros a fim de que haja o reconhecimento de si como elemento fundamental no processo de modernização e acumulação de riqueza da urbe. (SABALLA, 2005, p. 1-2).

As histórias locais ou municipais podem ser divididas em dois grupos, uma delas pretende valorizar o protagonismo social, incluindo os moradores, mostrando sua participação na construção da cidade e da cidadania. Estes livros, em geral, costumam ser elaborados por historiadores profissionais, graduados ou supervisionando uma equipe de estudantes. Já quando o material publicado pelas prefeituras foi escrito por amadores, ou historiadores diletantes, o foco está nas “raízes”, em desvelar o passado dos primeiros habitantes, dos conquistadores, dos pioneiros.

Esta visão da história como exemplo para a vida, trazida pelos historiadores amadores, em que a apropriação do passado traria lições para o presente, faz parte de um debate já superado, em grande medida, dentro da academia. Todavia, compreender o cidadão como protagonista e utilizar a História como um elemento de identidade é um dos desdobramentos das novas correntes historiográficas do século XX.

Ou seja, de um lado, temos as histórias locais e municipais desenvolvidas a partir de um senso comum, de outro, o trabalho de acadêmicos, com o foco nos cidadãos pesquisados e para quem a história é “devolvida”, temos uma história engajada, abertamente declarada como promotora de identidade. Em ambos os casos, a

justificativa da história, ou seu uso, está ligado à ideia de que o conhecimento do passado ou se reflete como protagonismo social ou como memória (sempre positiva) dos pioneiros. A história estaria disciplinando este passado:

É pela afirmação do progresso como sentido maior da história dos homens, capaz de positivar as transformações no sentido de fazê-las desejáveis, que o passado e o futuro passam a fazer um sentido para o presente como partes do processo da História. As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela História, agora capaz de significar experiências não vividas. Ainda que desconhecido como experiência, o passado pode ser explicado pela História capaz por este procedimento de gerar imagens e sentidos para a ação do presente. (GUIMARÃES, 2000, p. 34).

Os espaços de manifestação desta memória retomada/recolocada pelos órgãos públicos são as comemorações, as publicações de história local e as políticas de patrimonialização. As comemorações com motivos históricos pretendem unir os moradores através da partilha desta memória coletiva. Ao reviver as narrativas dos antigos moradores, eles sentem-se incluídos no grupo, reforçam os laços de pertencimento. Para o poder público, é interessante estar ligado à promoção desta memória. O passado é visto, então, dentro de um presente constante, e os administradores, então, sempre estiveram ali, é um passado para ser consumido:

Isso significa que vivemos em sociedades que parecem, de um lado ter perdido o 'sentido' da história, em sua acepção tradicional, entendido como um movimento contínuo e linear do progresso. Vivemos, assim, no presente, até mesmo na instantaneidade. Mas, por um lado, as referências ao passado, à história, são cada vez mais frequentes no discurso comum, tanto quanto no político. A demanda social da história nunca esteve tão forte, a memória – ou seja, a presença do passado – nunca foi parte tão integrante da atualidade cotidiana: é particularmente claro na França, com tudo o que diz respeito às lembranças da última guerra. (ROUSSO, 1997, p. 16).

A demanda pela História muitas vezes parte da própria comunidade, como no caso de Porto Alegre. No *site* oficial da prefeitura, ao explicar o projeto de “Memória dos Bairros”, que iniciou em 1990 e que atualmente está sob reavaliação, a Secretaria Municipal de Cultura frisou que o objetivo do Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre era de satisfazer as demandas oriundas do Orçamento Participativo. Até o momento em que foi suspenso, o Projeto Memória dos Bairros publicou 16 livros.

No caso de Canoas, a iniciativa partiu da administração pública, em um documento de assinatura do convênio entre e o Centro Universitário La Salle de Ensino Superior e a Prefeitura Municipal, esta ressalta a importância da manutenção da cooperação entre a universidade e o poder público. Este convênio foi firmado em 1994 e tinha como prazo final o ano de 2009. Neste período foram publicados volumes referente a história de 12 bairros. A justificativa municipal para a continuação do convênio de cooperação é abranger a diversidade e a multiplicidade de todos os bairros da cidade, e esse trabalho a partir de uma equipe multidisciplinar e com diferentes olhares.

Outro elemento que une os dois projetos é a metodologia utilizada para a pesquisa histórica. Embora ambos os municípios possuam um farto acervo documental, ocorreu uma opção pelo uso da história oral como método, esta pretende dar “voz” aos cidadãos. Por permitir uma palheta variada de entrevistados, seria possível montar um mosaico mais representativo, mais adequado às pretensões da História Social, e afim com as ideias de protagonismo social:

Fazendo da memória um constitutivo de cidadania e identidade social, servindo de reação e contraponto aos discursos limitantes e homogeneizadores predominantes que não oportunizam o acesso a diferentes versões dos acontecimentos, é através de esquecimentos e silêncios que se descortinarão formas para forjar a memória coletiva. Um depoimento congrega em si um conjunto de lembranças que são o condutor de contatos com a complexidade das relações sociais. (SABALLA, 2005, p. 3)



Por fim, os usos da história, tal como foram expostos aqui, no desenvolvimento de programas de pesquisa de memória/história, enquadram-se no seguinte modelo de políticas públicas:

Em outras palavras, as Políticas Públicas são o resultado da competição entre os diversos grupos ou segmentos da sociedade que buscam defender (ou garantir) seus interesses. Tais interesses podem ser específicos – como a construção de uma estrada ou um sistema de captação das águas da chuva em determinada região – ou gerais – como demandas por segurança pública e melhores condições de saúde. (WAHRENDORFF, 2008, p. 7).

É interessante pensarmos que os administradores destas duas cidades pensaram que o resgate da “história dos bairros” de seus municípios seriam políticas públicas. Cabe, em um segundo momento, refletirmos sobre o papel da História na sociedade. Uma análise possível foi proposta por Andreas Huyssen (2000). Este autor indicava que é mais confortável hoje pensar no passado do que no futuro. Isso seria uma das razões para a atual vontade de memória pelos órgãos públicos e, conseqüentemente, a colocação em prática:

Questões cruciais da cultura contemporânea estão precisamente localizadas no limiar entre a memória dramática e a mídia comercial. É muito fácil argumentar que os eventos de entretenimento e os espetáculos das sociedades contemporâneas midiaticizadas existem apenas para proporcionar alívio ao corpo político e social angustiado por profundas memórias de atos de violência e genocídio perpetrados em seu nome, ou que eles são montados apenas para reprimir tais memórias. É também muito fácil sugerir que os espectros do passado que assombram as sociedades modernas, com uma força nunca antes conhecida, articulam realmente, pela via do deslocamento, um crescente medo do futuro, num tempo em que a crença no progresso da modernidade está profundamente abalada. (HUYSEN, 2000, p. 20).

A História elaborada por tais projetos seria apenas um mero recurso midiático? Ao fim, uma diversão? Um dos elementos que são citados tanto nos documentos produzidos pela administração,

quanto nas falas dos cidadãos pesquisados, é o quanto a cidade estava progredindo e, com o progresso, o tanto que o bairro se modificava física e socialmente. Seria então a História um paliativo, ainda que inconsciente, para estas mudanças que são inevitáveis e, muitas delas, parte das políticas públicas, como alterações viárias, complexos industriais, grandes obras urbanas?

Estas reflexões ainda estão em aberto, pois são parte de um projeto de doutoramento em História, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa ainda está em andamento e pretende avançar entrevistando os gestores dos projetos citados, mas também “indo a campo” para tentar compreender qual o impacto de ter participado como depoente neste trabalho trouxe para estes cidadãos e quais são os usos do material dentro das associações de bairros, escolas, movimentos sociais.

## Nota

\* Doutoranda em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora no curso de História da FACCAT.

## Referências

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da História do Brasil oitocentista. In: \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a escrita da História**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. Usos da História, refletindo sobre a escrita da História. **História em Revista: dossiê Historiografia**. Pelotas: UFFPEL, v. 6, dez. 2000.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: Pesavento, Sandra Jatahy. **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

\_\_\_\_\_. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. **Revista de História USP**, v. 148, n. 1, 2003.

\_\_\_\_\_. Tempo Patrimônio. **Vária História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_; REVEL, Jacques. **Les Usages Politiques du Passé**. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 7-29, 1981.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PROST, Antoine. A profissão do historiador. In: \_\_\_\_\_. **Doze lições sobre a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Como a História faz o Historiador. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 14, dez. 2000.

ROUSSO, Henry. Usos do passado na França de Hoje. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (Org.). **Os desafios contemporâneos da História Oral 1996**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

SABALLA, Viviane Adriana. Canoas – para lembrar quem somos: bairro Nossa Senhora das Graças. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

WAHRENDORFF, Ricardo (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

Recebido em 29 de outubro de 2013.  
Aprovado em 16 de dezembro de 2013.

## **Abstract**

This text is the presentation of partial results in doctoral research in History. The History Place has been long promoted by the municipal administrations. Currently, the demand for memory and patrimony of society have led to adoption of public memory, or history, by the municipalities. This article aims to explore how these processes occurred, memorialization and uses of history by the prefectures of Canoas and Porto Alegre, as both have created a program to rescue the history of the neighborhoods. What story was rescued? What uses have been made of it? These issues will be brought to the debate in the light of authors such as François Hartog and Pierre Nora.

**Keywords:** Memory. Historiography. Municipalities.